

## TRAMA, URDIDURA E REGULAÇÃO: UM INSTRUMENTO PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS\*

Alain Lipietz\*\*

### RESUMO

*Este trabalho procura fazer um balanço subjetivo de reflexões teóricas e de práticas pedagógicas que se servem da noção de "regulação". Depois de re-situar essa problemática no contexto intelectual francês dos últimos vinte anos, a regulação é apresentada, inicialmente, em referência aos conceitos de contradição e de crise, a partir de um exemplo literário (o relacionamento amoroso em **O Misanthrope**). Em seguida, a mesma discussão é proposta por intermédio do exemplo da acumulação capitalista e da produção social de espaços.*

Na França, as modas mudam. A bainha das saias sobe ou desce abaixo dos joelhos, a das calças se alarga como pata de elefante ou se estreita ao redor dos tornozelos. O mesmo acontece com as ciências sociais. Na época das minissaias e das patas de elefante, no fim da década de 60, reinava o estruturalismo. As ações, as antecipações dos agentes eram apenas o reflexo das exigências da reprodução de estruturas sociais. Nos anos 80, a moda do trajar tornou-se mais estrita e a metodologia social mais individualista (o que prova a relativa autonomia do sistema da moda). O individualismo metodológico impôs a idéia de que as estruturas eram apenas o efeito de composição dos projetos e das práticas dos agentes "racionalistas".

A derrocada da hegemonia estruturalista, em meados dos anos 70, não acarretou no entanto a consolidação de uma "corrente predominante individualista metodológica". Prenhez de uma velha tradição keynesiana e durkheimiana? A França intelectual não se atirou de corpo e alma no modelo importado — acompanhado de tudo o que isso supõe — dos países anglo-saxões pelos "novos economistas", "novos sociólogos" etc... Ela definiu. Permaneceram vivas, acho eu, embora dominadas pelo ruído de fundo individualista, correntes heterodoxas que desde cedo haviam guardado certa distância em relação aos excessos do estruturalismo. Essas correntes procuraram reintroduzir, no mun-

\* Tradução de Estela dos Santos Abreu. Comunicação apresentada no "Colloque International sur la Théorie de la Régulation". Barcelona, 16-17 de junho de 1988.

\*\* Economista, pesquisador do CEPREMAP, PARIS.

do das "estruturas sem agente", o fermento de instabilidade e de mudança que o possível desvio dos indivíduos ou dos subgrupos sociais representa, sem com isso cair num mundo de "agentes sem estrutura".

As abordagens econômicas em termos de "regimes de acumulação" e de "modo de regulação" decorrem dessa preocupação. O que se reteve desses trabalhos foram principalmente os resultados: análise do fordismo e de sua crise. Desejo aqui, enquanto "informador indígena", deter-me na pesquisa intelectual interessada em ultrapassar a estéril oposição "estruturalismo/individualismo". Tal contribuição será, portanto, deliberadamente subjetiva: uma espécie de introspecção, que não compromete os múltiplos pesquisadores que, como eu, contribuíram para essa corrente de reflexões.

Será tanto mais subjetiva por apoiar-se não somente numa experiência de pesquisa, mas também numa atividade pedagógica. Quando preparávamos um projeto de curta-metragem sobre a regulação (Lipietz, 1987), o realizador pediu que eu reproduzisse na frente dele as imagens que costumo rabiscar no papel quando estou pensando, ou as que faço na lousa quando estou explicando algo. De acordo com a experiência desse cineasta, entende-se assim muito melhor o pensamento de uma pessoa do que numa explanação, por mais didática que seja. Percebi então a importância paradigmática que inconscientemente eu atribuía a uma metáfora ocasional, utilizada em termos literários no relatório do CEPREMAP (1977): a da tecedura, da trama, da urdidura e dos cadilhos (às vezes substituída pela metáfora dos filetes de água por entre os pilares de uma ponte). Percebi que essa metáfora já estava latente em minha reflexão anterior sobre "a produção concorrencial e monopolista de espaço" (Lipietz, 1975). O modo como eu a usava no tratamento da relação "regime de acumulação/valores em processo" não era de fato muito diferente das discussões sobre a "mão invisível" de Adam Smith. Geógrafos como Hagerstand (1970) também haviam recorrido a isso, e ela tinha pontos comuns com o modo como certos sociólogos, como Pierre Bourdieu ou Anthony Giddens, procuravam romper o dilema "estruturas/agentes". No fundo, ela remetia a uma reflexão que eu havia travado há muito (Lipietz e Rouillault, 1972; Lipietz, 1973) sobre a natureza da realidade humana enquanto "sujeito objetivo" (Kosi, 1968). Abordagem dialética que remonta evidentemente a Spinoza (natureza naturante e natureza naturada) e mesmo até Heráclito, passando, é claro, por Karl Marx.

É a fecundidade dessa metáfora que eu gostaria de aqui apresentar de forma bem livre e subjetiva, isto é, sem grande aparato crítico. Muitos pesquisadores nela vão reconhecer, espero, seus próprios esquemas interiores e identificar sem dificuldade a presença dessa metáfora em vários autores.

Começarei por uma breve apresentação da atmosfera cultural na qual se desenvolveram as abordagens em termos de regulação. Depois, tratarei num nível "profundo" da representação "trama/urdidura". Enfim, apresentarei dois exemplos, um econômico e outro geográfico, de aplicação.

### A regulação tem sua hora

Quando, em 1975-1976, Michel Aglietta organizou a discussão de sua tese (1974) durante um longo seminário que iria inspirar os estudos de uma equi-

pe do CEPREMAP (1977), a situação era, num domínio limitado mas importante da pesquisa francesa em ciências sociais, caracterizada pela dominação bem como pelo esgotamento de um estruturalismo-marxismo iniciado pela escola de Louis Althusser. É possível fazer o seguinte resumo de suas teses fundamentais (1):

A. A realidade social é um tecido, uma articulação de relações relativamente autônomas e específicas, que se sobredeterminam umas às outras (mesmo se algumas são mais fundamentais que outras): um <<todo sempre previamente dado, sobredeterminado, com predominância>>.

B. Cada uma dessas relações sociais se reproduz como resultado pela ação de seus "portadores" ("a estrutura existe como resultado") mas colocando os portadores em condições de reproduzi-la, independentemente da subjetividade deles. Jacques Rancière, que desde então mudou seu posicionamento, chegou a dizer, em **Ler o Capital**: "O fato de ser mistificado é o atributo essencial da função de sujeito".

A essas teses metodológicas fundamentais, a escola de Althusser associava, de modo mais ou menos contingente ou derivado, duas teses importantes para os economistas:

C. As próprias "forças produtivas" são a materialização de relações sociais de produção (tema desenvolvido por E. Balibar e C. Bettelheim).

D. O caráter contraditório das relações de troca é superficial e secundário (tema enfaticamente afirmado por Althusser e desenvolvido por Balibar).

Da fecundidade da tese A, não trataremos aqui. Ela protegeu a reflexão marxista francesa quanto às miragens da "totalidade expressiva", em que a política, a ideologia, a moda seriam o "reflexo" das estruturas econômicas fundamentais. O funcionalismo generalizado que se depreende, por exemplo, das abordagens alemãs "Kapitallogik" ficou relegado ao departamento dos acessórios da agitação-propaganda.

Também não trataremos da fecundidade da tese C, que tem pontos comuns com as dos "obreiristas" italianos, as dos "radicais" anglo-saxões e as dos "radicais" chineses. Rompendo com o determinismo tecnológico estaliniano, que é mais próximo da ideologia burguesa do século XIX do que do próprio Marx (apesar das ambigüidades de seu Prefácio de 1859 para a **Contribuição à Crítica da Economia Política**), ela está subjacente em todos os nossos trabalhos sobre a organização tayloriana do trabalho, sua crise e superação.

Em contrapartida, a tese B e a tese D, que no fundo é seu corolário e ilustração, constituem a "má vertente" do althusserianismo, o que o faz participar da hegemonia estruturalista de sua época que, de Claude Lévi-Strauss a Jacques Lacan, tentava cercar em todo lugar o "sujeito" e sua autonomia, sem dúvida como reação à moda precedente, o existencialismo e a filosofia da práxis. Ora, o individualismo, o subjetivismo do "capitão de indústria" por exemplo, acha sua primeira ilustração (e talvez seu determinante econômico) na existência de relações mercantis, na autonomia dos "trabalhos particulares, executados independentemente uns dos outros" e que procuram uma posterior validação social (capítulo I do **Capital**). Jogando sobre o capítulo I o manto de Noé, Althusser censurava ao mesmo tempo o sujeito, a contradição e a relação mercantil. Desenvolvendo essa idéia, Etienne Balibar chegava à negação da exis-

tência de contradição estrutural na origem das crises: a estrutura tem vocação para perseverar no seu ser.

Daf até chegar a pensar que "tudo é feito para isso", só falta um passo: o funcionalismo. Foi o que E. Terray (1977) explicou muito bem: <<Com frequência, foi reintroduzido, com a ajuda de considerações sobre a reprodução, todo o arsenal ultrapassado das interpretações funcionalistas: a reprodução é concebida como uma causa final da qual procede o conjunto das estruturas e das instituições analisadas (...). Para evitar esse engano, convém primeiro lembrar que a reprodução não poderia ser um objetivo: apenas um sujeito. Convém lembrar principalmente que o que é reproduzido é precisamente e antes de tudo uma contradição (...). Assim, colocar-se na perspectiva da reprodução é, no fundo, compreender como o próprio ciclo da produção e da distribuição aproxima constantemente os dois termos dessa contradição que é a relação de produção fundamental: dominantes e dominados, exploradores e explorados; como os primeiros tentam enfrentar as crises através das quais esta contradição poderia ser ultrapassada ou resolvida, e como os outros, ao contrário, obstinam-se, de forma mais ou menos consciente, em eliminar ou em fugir dessa contradição. A reprodução como um todo é ao mesmo tempo o desafio e o resultado desse confronto>>.

Retrospectivamente, é possível calcular que peso representou para essa ilusão funcionalista o longo período de crescimento fordiano sem crise – sem crise "na circulação". "Circulacionismo" era então um insulto nas discussões entre marxistas (em particular na crítica de Rosa Luxemburg, mas também na análise das relações "centro-periferia"). O desejável era limitar-se à produção, às relações capital-trabalho.

A tese de Michel Aglietta conformava-se ao rito: somente ao fim de centenas de páginas dedicadas à análise da relação capital/trabalho – felizmente difratada em relação de organização do trabalho e relação de distribuição do valor agregado – é que aparecia a existência de capitais autônomos (2). Mas essa "difração" bastava para que aparecesse a **contradição** na reprodução dessa relação complexa, logo a possibilidade da crise e, portanto, o problema da **regulação**. Estava na hora: a crise do fordismo acabava de se manifestar.

Convém confessar que a introdução do termo /regulação/ não bastava de modo algum para eliminar as ambigüidades funcionalistas conotadas pelo termo /reprodução/. Nas primeiras formulações de Michel Aglietta, em certas publicações provenientes da pesquisa do CEPREMAP (1977), a "regulação" designava simplesmente "o que é necessário para que a reprodução funcione **mesmo assim**". É evidente que, para explicar a crise, procurávamos explicar o que, antes, não estava em crise: o fordismo. O "modo de regulação" foi entregue à divulgação pública sob a forma do **resultado**, e não a partir de uma discussão prévia sobre o "mesmo assim", sobre a contradição e a tendência à crise (que ele deve, como resultado instável, inibir): pode-se considerar como um "funcionalismo **a posteriori**" (3).

O fato é que o lugar já estava ocupado. A /regulação/ já estava devidamente afirmada na célebre definição de G. Canguilhem na **Encyclopedia Universalis**: <<A regulação é o ajustamento, de acordo com alguma regra ou normas, de uma pluralidade de movimentos ou de atos e de seus efeitos ou

produtos, cuja diversidade ou sucessão torna-os inicialmente estranhos uns aos outros>>.

<<Inicialmente estranhos...>>, <<de acordo com alguma regra...>> esta definição estava irremediavelmente prejudicada por dois desvios. Primeiro, os "movimentos" ou "atos" não eram percebidos como induzidos (em sua divergência) pela contradição de uma relação única. A seguir, essa definição fazia supor a existência de uma norma teleológica, de um finalismo que induzia automaticamente o funcionalismo. O "fim" do ajustamento aparecia como a causa de existência do aparelho regulador, cuja montagem podia ser confiada a um arquiteto humano ou divino. A teoria dos sistemas e a cibernética só deveriam realçar suas funções retroativas.

Até na versão cibernética, a "moda regulacionista" que se afirma nos anos 70 sob os auspícios de Atlan, Thom, Prigogine, Atli (4) representa um grande progresso em relação ao estruturalismo. Enquanto se desagrega o conjunto das representações, das identidades que se haviam afirmado durante a era fordista (o que eu chamaria hoje de "paradigma societal hegemônico"). (Lipietz, 1986), novos movimentos sociais se afirmam e aparecem poder regenerar o sistema social. Alain Touraine (1978) pelo positivo, Régis Debray (1978) pelo negativo, teorizam sobre essa capacidade que têm os atores coletivos de modificar sistemas muito estáticos para levá-los a um novo equilíbrio. Para Jean-Pierre Dupuy (1977), "a autonomia dos atores" torna-se a condição de "estabilidade estrutural" da sociedade. Há nisso uma idéia fecunda, mas anunciadora de uma reviravolta que logo leva a um impasse quanto à rigidez das pesadas estruturas herdadas do passado, quanto à necessidade de estabelecer acordos institucionais para estabilizar as inovações. A dificuldade dos vários governos, seja de direita seja de esquerda, entre 1984 e 1986, para propor tais acordos capazes de regular um novo modelo de desenvolvimento, levará ao triunfo das ideologias liberais na sociedade e, no mínimo, facilitará o avanço do individualismo metodológico ou da "microsociologia" na área das ciências sociais (5).

Como já disse, este "avanço" não foi um triunfo total. Foi nesse mesmo período que os trabalhos da Ecole des Annales, em particular os de Georges Duby ou de Fernand Braudel, foram consagrados pelo público. Ora, esses trabalhos destacam a perenidade das estruturas pesadas, o peso das normas abatendo-se sobre o cotidiano, a estreiteza dos espaços de liberdade oferecidos à iniciativa dos indivíduos ou dos grupos. Assim também, o sucesso das obras da escola de Bourdieu nunca declinou: o grupo "Révolte Logique" (1984) chegou a falar do "império do sociólogo".

O caso desta última escola é especialmente interessante. De acordo com uma visão comum, a tese fundamental é bem próxima da de Althusser: as estratégias dos agentes, funções de um **habitus** que incorpora o estado atual da sociedade, só podem contribuir para a reprodução da estrutura do estado de coisas existente. Caricaturalmente: tal pai, tal filho, tais esperanças, tais ambições, tais resultados. Mas o problema consiste em saber que "poder" relativo se concede às estratégias e às estruturas!

É significativo que Bourdieu tenha sido sistematicamente criticado em duas frentes: como estruturalista, é claro, mas também como individualista me-

todo lógico e até como "espontaneísta" por Claude Lévi-Strauss (6)! De fato, o próprio aprofundamento dos conceitos de **habitus** e de estratégia levava a escola de Bourdieu a explorar os mesmos problemas tratados pela escola da regulação – e também por certos historiadores do Annales como Duby (7). O belo livro de Luc Boltanski (1982) mostra como, sobre a base de estruturas sociais em lenta transformação, o grupo dos "executivos" se auto-instituiu, de 1930 a 1950, para vir ocupar um lugar central na "sociedade salarial" (Agietta e Brender, 1984) a qual devia ser a forma francesa do modelo fordista, e que ele ajudou a modelar (8).

Eis o contexto intelectual, formado de trocas recíprocas mais ou menos controladas, que alimentou minha reflexão teórica e pedagógica em torno do conceito de regulação.

### A dialética e a tecedura

<< Os homens não sabem como o que varia permanece de acordo consigo. Há uma harmonia nas tensões opostas, como a do arco e da lira >>. A célebre frase de Heráclito é o ponto de partida do que nossa cultura chama de dialética, e a imagem do arco parece-me um bom apoio para qualquer explanação sobre o caráter contraditório das relações sociais. A dificuldade consiste evidentemente em dar um exemplo, sem primeiro ter tratado o próprio exemplo: relação mercantil, relação salarial. Uma atalho fácil é considerar o exemplo do relacionamento amoroso, coisa que os estudantes em geral já experimentaram. Caso lhes falte essa experiência, pode-se evocar o exemplo de **O Misanthropo** de Molière.

"Um" amor (um casal e sua história) é evidentemente uma relação social. Em duplo sentido: primeiro, é uma relação entre duas pessoas; segundo, forma-se de acordo com um modelo, um "padrão", que é uma forma social reconhecida, pré-existente a qualquer casal determinado. A necessidade que têm os seres humanos de formarem casais é decerto muito antiga, mas a formalização desse casal como "amor" é bem recente (na França, ela se consolida nas classes médias do século XVII). Antes de tudo, é preciso que os indivíduos se percebam como sujeitos (o que é uma condição sobredeterminada pela totalidade das relações sociais), que eles ressentam uma falta que pode ser suprida pelo relacionamento amoroso: isso, eles aprendem pelo exemplo e pela cultura e, depois, pela experiência. A **disponibilidade** para estabelecer o relacionamento amoroso aparece assim como uma propriedade do indivíduo, mas que só se realiza enquanto relação interpessoal, social no primeiro sentido, e de acordo com um "padrão", social no segundo sentido.

A exploração dessa "disponibilidade", não muito diferente do **habitus** de Bourdieu, é o objeto da psicanálise, que tem muita dificuldade para separar o social do biológico. Vamos nos ater ao essencial, tal como foi formulado por Lorenzo da Ponte em **As bodas de Fígaro** pela boca de Querubim:

<< Vós que sabeis o que é o amor;  
Mulheres, vede se o tenho no coração (...)  
Procuro um bem fora de mim

Não sei quem o detém, não sei o que é (...)  
E no entanto apraz-me definir assim >>.

Esta busca de um bem fora de si satisfaz-se mais ou menos na constituição do casal, ou no misticismo, ou na ambição, ou no trabalho etc... A existência social de casais enamorados não é absolutamente um efeito de composição de estratégias individuais de busca da felicidade. É uma invenção histórica. Mas, para **cada** indivíduo, a formação e a manutenção de um casal é mesmo o resultado de uma estratégia (mais ou menos cooperativa).

O encontro de duas pessoas que têm disponibilidades amorosas fornece, portanto, apenas o "material" de um amor, seus **apoios** biológicos ("träger", dizia Althusser). Mas é a relação amorosa que os constitui como amantes. Ninguém está preocupado em saber o que os enamorados retratados por Molière eram antes de se conhecerem. O que pode ser uma falha: voltaremos a esse ponto mais adiante.

Assim como os enamorados, também os amores não estão sós no mundo. Antes de analisar a relação social de amor, convém lembrar (tese Althusseriana) que ela é sobredeterminada por outras relações sociais. A começar, no caso de amores heterossexuais, por relações cujos apoios coincidem com os da relação amorosa, mas dos quais não poderiam ser somente reflexo ou ópio: as relações chamadas falocráticas ou de "sexagem" (Guillaumin, 1978). E, mais geralmente, o conjunto das relações patriarcais (sobretudo as relações que ligam os enamorados a seus pais). E, evidentemente, as relações sociais de produção e de distribuição de tipo mercantil, que codeterminam a independência econômica dos indivíduos. Assim como as relações jurídicas, que podem sobredeterminar muito as escolhas de tipo Hirshman: "**Voice, Exit, or Loyalty**".

Mas, o que é a relação amorosa? Uma relação em que cada um busca, no outro, a felicidade e a auto-realização. Com componentes variáveis de dom, de identificação, de fusão, mas que pressupõe e implica a autonomia dos dois parceiros. Em síntese, a relação amorosa **une e opõe** os amantes, já que a "fusão" dos dois é ao mesmo tempo meio e obstáculo para a "realização" individual de cada um. Como toda relação social, o relacionamento amoroso é uma **contradição**. Exatamente como a relação mercantil. As Igrejas e os sexólogos de boa vontade podem ficar apregoando que "é dando-se que se pode encontrar-se a si mesmo", assim como os economistas liberais repetem que da busca dos interesses privados resulta o bem-estar coletivo. Às vezes é verdade, mas nem sempre. Quando é verdade, estamos "em regime"; quando é falso, estamos "em crise".

Retomemos a imagem do arco. A contradição pode ser definida como uma relação que estabelece dois pólos, unindo-os e opondo-os.

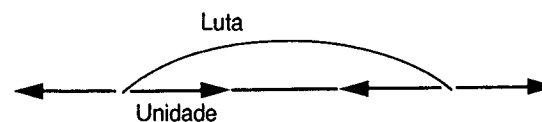


Figura 1: O Arco da contradição.

As contradições que aqui nos interessam são as relações sociais, inclusive o relacionamento amoroso. Toda relação social existente (em sobredeterminação) numa sociedade humana (quer se trate de um casal ou de uma nação) determina nessa sociedade um sistema de **lugares**, hierarquizado (capitalistas/assalariados) ou não (amantes, parceiros da troca mercantil). Esses lugares são complementares na relação que os define: vista sob esse ângulo, a relação é uma estrutura. Mas esses lugares preparam para os indivíduos que os ocupam um papel mais ou menos conforme com o que eles podem perceber como sendo seu interesse (por comparação sobretudo com os outros lugares da mesma relação, ou de outros lugares em outras relações, ou até de necessidades físicas). Se eles "não entram no jogo", ou se "mantêm seu lugar" procurando "melhorar o próprio jogo", os indivíduos em relação opõem-se necessariamente. Independente do fato de o jogo ser de soma positiva ou negativa! Até o dom é uma oposição (**pollatch** nas relações mercantis, dedicação exagerada nas relações amorosas).

Chamamos "disponibilidade" a capacidade de manter um papel e de procurar melhorar o próprio desempenho; identificamos essa disponibilidade com o **habitus** de Bourdieu. A partir daí, das duas uma: ou o prosseguimento do jogo – isto é, o vivido da relação através do tempo – leva à dissolução da relação, e fica difícil falar de relação social (no máximo, será uma interação fugaz), ou então leva à reprodução da relação, e é essa reprodução da unidade que nos dá a possibilidade de identificar uma relação. Pode-se assim representar a reprodução de uma relação no tempo, seja sob o ângulo da contradição, seja sob o ângulo dos lugares:

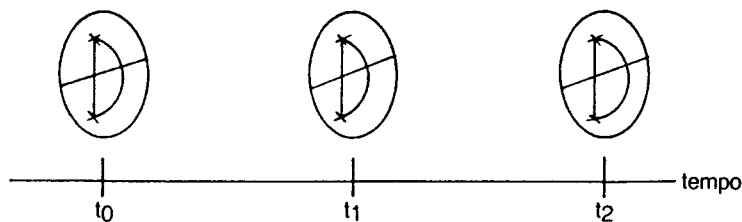


Figura 2: A estrutura no tempo.

Nas duas "casas" definidas pelo relacionamento amoroso, encontramos no seu lugar, no correr do tempo, Alceste e Célímène, Paulo e Virginia, Colin e Chloé. Mas, do ponto de vista dos indivíduos que ocupam esses lugares, as coisas são diferentes. Eles são atores de sua história de amor, desempenham um papel através do qual a relação e os lugares são reproduzidos. O que lhes permite manter esse papel de tal modo que (e não necessariamente "para que") sua relação seja reproduzida é com certeza sua disposição (seu **habitus**), mas também a percepção que eles têm das intenções do outro e, eventualmente, uma pressão social externa vivida como norma incorporada (em Marivaux) ou como instituição explícita (casamento). Logo, é necessário levar em conta:

1. a disposição, o **habitus**, o interesse, o desejo individual;
2. um espaço de representação da relação em que os agentes são envolvidos, eventualmente encaixado num dispositivo institucional.

No estágio em que estamos, é indiferente que a relação seja percebida como igualitária ou hierárquica, como consensual ou opressiva, que, no espaço de representação, uma relação de forças, real ou suposta, seja levada em conta. De qualquer forma, a reprodução da relação supõe um certo "acordo", consentido ou não, sobre a legitimidade de sua perpetuação. Como o mostrou Gramsci, até as relações de exploração implicam o consentimento dos dominados: uma "hegemonia reforçada de coerção". Um gravíssimo desvio do individualismo metodológico consiste em reduzir toda relação a um acordo entre indivíduos, à aceitação de uma norma comum. É evidente que isso existe, mas a ilusão está em reduzir toda relação a um acordo entre indivíduos com direitos iguais, por exemplo, entre cidadãos na cidade, entre parceiros de troca no mercado (9).

Segundo Tucídides, na guerra do Peloponeso, os atenienses, em desavença com a cidade de Melos que não queria participar da aliança contra Esparta, responderam aos habitantes que invocavam a lei divina para justificar o direito de permanecerem neutros: <<As leis só têm valor entre iguais. Entre forças desiguais é a força que decide>>. É claro que semelhante princípio de legitimação só pode funcionar caso a caso. Num império estabilizado, o reconhecimento da hegemonia deve materializar-se de uma outra maneira, mas a força permanece subjacente à legitimação. No caso da relação amorosa, a força está, por definição, ausente, mas o preço subjetivo da perda pesa sobre cada um como uma relação de força (tanto para Alceste como para Célímène).

Seja como for, a figura 1 assume agora outra proporção. Providos de seus **habitus** e da representação que eles se fazem de sua inserção numa socialidade (casal ou império), os agentes desenvolvem cada um a sua **estratégia**, de tal modo que o conjunto de sua **trajetórias** consegue, no decorrer do tempo, reconstituir a relação. Na figura 3, o **habitus** dos agentes é representado por um pequeno círculo e seu espaço de representação por um pequeno retângulo, uma "carta":

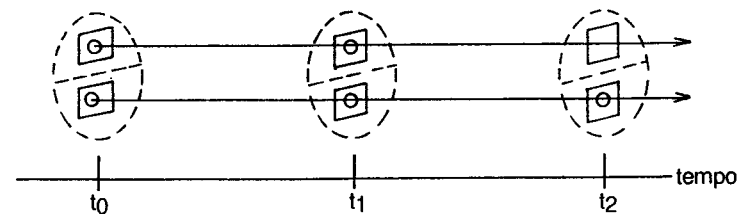


Figura 3: As trajetórias.

Fica bem claro que as figuras 2 e 3 são de certa forma duais entre si. Epistemologicamente é "quase" indiferente escrever:

– o amor que os une põe, de ato em ato, Alceste e Célímène no lugar de enamorados um do outro, apesar de suas diferenças de caráter e de suas brigas, até a crise final.

Ou:

– Alceste e Célimène são dois sujeitos que se seduzem, medem a cada momento se há interesse em continuar sua relação, e só a leitura da peça confere a suas histórias acopladas a aparência da narração de “um” amor finalmente infeliz.

De acordo com o ponto de vista, escolhe-se uma abordagem respectivamente estruturalista ou individualista. O que, a meu ver, é objetivo, “real”, é o fato de haver um entrelaçamento relativamente estável de comportamentos. Quanto a afirmar que a figura 2 ou a figura 3 é mais “real”, que uma dá “consistência” à outra, isso para mim depende apenas da “pertinência”: é uma propriedade do discurso, e não da realidade. Vamos introduzir, enfim a metáfora da tecedura de um cachecol.

O tecelão primeiro preparou os fios da **urdidura**, predispondo um sistema de lugares transversais análogo à figura 2. Depois, a lançadeira atravessou esses lugares, deixando atrás de si uma espécie de marca de sua trajetória, os fios da **trama**. Os **cadilhos**, por fim, ajudaram a lançadeira a ajustar-se, durante a trajetória, ao sistema de lugares da urdidura. Quando o tecido é retirado do bastidor, o que lhe dá consistência? Sem a urdidura, os fios da trama ficariam embaraçados. Sem a trama, os fios da urdidura ficariam pendurados.

Pode-se afirmar – e é minha tendência – que a urdidura (figura 2) dá a **forma**, e a trama dá a **matéria** da substância do tecido, à moda de Aristóteles. A tendência positivista afirma, ao contrário, (e aqui abandonamos a metáfora) que a única realidade observada é o conjunto das trajetórias da figura 3, que o sistema dos lugares e a estrutura (a forma) só existem na cabeça do teórico. No concreto de pensamento (segundo a terminologia de Althusser) que tenta reproduzir de modo esclarecedor o tecido social (10) é difícil, em compensação, esquecer que os atores pensaram mesmo que, com os outros, iam ajudar a tecer uma história de amor, ou a de uma empresa, ou a de um Estado, etc. E toda a estratégia deles é decorrente disso. Aliás, Célimène e Alceste são apenas seres fantasmagóricos (que podem coincidir com seres contingentes reais) que vêm dar corpo a um esquema: o de um amor particularmente contraditório (11).

Logo, vamos nos cingir ao critério de pertinência: é possível contar-se a história como se deseja, ela nunca será o real, e trata-se de contá-la o melhor possível. Apesar da aparência de legitimidade de seu “positivismo”, o individualismo acabará esquecendo que o “**habitus**” e a “carta” de que dispõem os indivíduos são os produtos de uma totalidade social estruturada que preexiste a suas ações. Ninguém se lança numa história de amor quando o amor ainda não existe, quando os casais são estabelecidos pelos parentes em função de estratégias reprodutivas (12). Ninguém procura vender-se como escravo quando a única relação de subordinação produtiva admissível é o trabalho assalariado. Além disso, só se pode fazer a corte a alguém que não nos ama se esse alguém nos dá alguma atenção, nem que seja de modo sádico (13). Junto da janela do narrador, a Lol V. Stein de Marguerite Duras não vive “um amor” (é Tatiana Karl que o vive). Da mesma forma, pode-se postular um emprego porque se sabe que o trabalho assalariado existe e, mesmo assim, continuar desempregado. Portanto, a análise do tecido social real deve partir da existência de formas sociais reconhecidas pelos agentes (mesmo se a teoria oferece uma

representação diferente da dos atores (14), deve descobrir as instituições que apoiam as formas desse tecido e indicar a disponibilidade de atores que garantam os papéis exigidos.

Mas, ultrapassam-se os limites da pertinência (na direção do estruturalismo) quando se reduz o **desempenho** dos atores a seu papel. Seria esquecer que cada um deles tem um **estilo** (15). Em outros termos, o “**habitus**” não é um programa que determina o indivíduo a conformar-se trivialmente com as necessidades da reprodução. O **habitus** é uma disponibilidade para representar o papel, mas de acordo com pontos de vista autônomos, e até para sair do papel quando surgirem a possibilidade e o interesse. Neste sentido, o **habitus** não reproduz apenas a realidade: ele a transforma e pode até gerá-la (16).

Essa recusa de reduzir os comportamentos e as intenções às exigências da estrutura é, como se sabe, o ponto de ruptura do materialismo “dialético” de Marx em relação ao materialismo “metafísico” de Feuerbach (“metafísico” denotando aqui a hipóstase de estruturas eternizadas): <<A doutrina materialista que pretende que os homens sejam produtos das circunstâncias e da educação, que em conseqüência, homens transformados sejam produtos de outras circunstâncias e de uma educação modificada, esquece que são precisamente os homens que transformam as circunstâncias e que o educador também tem necessidade de ser educado (...) A coincidência da mudança de circunstâncias e da atividade humana ou automudança só pode ser considerada em compreendida racionalmente enquanto prática revolucionária>> (Illa. Tese sobre Feurbach, 1846).

Esse posicionamento, que fortaleceu a ruptura de Burdieu com o estruturalismo (1987:24), vem de longe e está inicitadamente afirmado em toda a obra de Marx. Desde sua tese de filosofia sobre a **Diferença da filosofia da natureza em Demócrito e Epicuro**, o jovem Marx identificou a queda retilínea como existência “relativa” do átomo, tal como ele é determinado “em si” por sua relação com o resto do espaço, e sua declinação como a manifestação de seu “para si”: “O movimento da queda é o movimento da não-autonomia. (...) Para o átomo, a declinação é no seu âmago aquilo que pode lutar e resistir” (17).

Esse esquema de pensamento, a divergência possível em relação a uma tendência determinada pela totalidade, é a “declinação”, o “cliname” de Lucrécia, do qual Michel Serres (1977) mostrou a similitude com o raciocínio diferencial. Para mim, seria este o esquema:



Encontra-se este esquemas célebre tese do **18 Brumário de Luís Bonaparte** (1852): <<Os homens fazem sua própria história, mas a partir de certas condições, herdadas do passado>>, ponto de partida reivindicado por Gidens (1984), quando ele procura, por sua vez, ultrapassar o dilema estruturalismo/individualismo. Para retomar nossa metáfora, os fios da trama teriam a

possibilidade de afastar-se do lugar predestinado na urdidura, deixando assim à mostra uns buracos ou fazendo franzidos no tecido! Eis por que há crises e aparece o problema da regulação...

Então, por que as trajetórias divergem? A resposta pode ser "E por que não?", se acreditarmos numa liberdade, mesmo infinitesimal, do ser humano (18). Pode-se também procurar para esse fato motivos positivos. São de dois tipos, de idêntica legitimidade teórica, variando de importância de caso para caso.

Primeiro, motivos externos à relação. Em um todo sobredeterminado, cada agente pertence a várias estruturas, é dotado de vários "**habitus**", pertence a várias "cidades", a várias "naturezas" como diriam Boltanski e Thevenot (1988), sendo que todas ajudam a definir seu "estilo". Logo, ele pode ser levado a contestar, e até denunciar, o lugar e o papel que lhe são atribuídos, em nome de outras normas e de outros interesses. Reciprocamente, a forma e a história de "uma" relação concreta dependem também dos estilos próprios dos agentes disponíveis e deve adaptar-se a eles tanto quanto fazer com que eles se adaptem. É por isso que "nunca ninguém se banha duas vezes no mesmo rio": não há dois amores semelhantes. Também não há dois operários especializados idênticos numa linha de montagem, já que esta forma particular de organização do trabalho está, por sua vez, suspensa à existência de uma mão-de-obra "convenientemente adestrada", quer se trate de mulheres, camponeses ou imigrantes, cada qual com sua história e, portanto, seu estilo (19). A variabilidade dos estilos dos agentes é, sem dúvida, o vetor mais direto da sobredeterminação recíproca das estruturas em que esses agentes estão co-presentes. Os amores entre **yuppies** não têm a mesma dimensão de dependência que os amores entre um burguês e uma "moça casadoira" sem profissão.

Igualmente importantes, e talvez mais (pois elas acarretam a "possibilidade" e até a "necessidade" de crises), são as causas internas de divergência das relações, as que decorrem do **caráter contraditório** da relação. Aliás, sob sua forma mais banal, a **diferença** dos termos em relação é a condição formal de operação das causas externas. Mas, estamos falando aqui da **oposição**, da **luta** que une os termos em relação. A definição sumária do relacionamento amoroso induz de imediato uma causa interna de divergência: cada um é inevitavelmente levado a reclamar que o outro não lhe oferece suficientemente aquilo que ele não tem. Por isso, a forma necessária da crise: a briga amorosa, recorrente de ato em ato em **O Misanthropo**, apesar do desejo de Alceste e da habilidade de Célimène. Enamorados, com certeza, cada um desejando o bem do outro, mas para se "encontrar", para se "realizar" cada um a si mesmo (20). No caso da relação salarial, a própria natureza da relação (extração/partilha do valor agregado) implica também luta e divergência.

A síntese das figuras 2 e 3 é, portanto, mais complexa do que parece à primeira vista. As trajetórias tendem a afastar-se das exigências da reprodução dos lugares, e esta é, pois, marcada por "reordenações", por "reajustamentos", que chamamos de "pequenas crises".

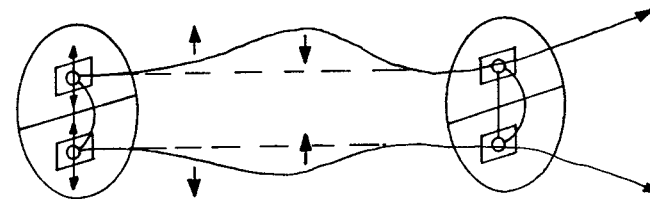


Figura 4: As pequenas crises

Nos primeiros atos de **O Misanthropo**, o **resultado** das brigas consiste em restabelecer a unidade do relacionamento amoroso. Convém observar que "unidade" e "luta", dois aspectos de uma relação contraditória, formam em si um par contraditório. Há uma **unidade** entre a "unidade" e a "luta", a luta mantém a unidade, a unidade mantém a luta. Alceste continua misantropo, Célimène continua faceira; a necessidade que um tem do outro para realizar a si próprio é mais forte, mas prepara novas divergências que acarretarão novas brigas. E essa unidade, pela qual "a unidade" (dos elementos em relação) é mantida apesar e até através de sua "luta", é o que o teórico dialético designa por **regulação**.

É possível medir aqui como essa concepção supera e engloba a de Canguilhem. Enquanto indivíduos, Alceste e Célimène foram "inicialmente estranhos". Mas a regulação refere-se apenas a seu relacionamento enquanto enamorados; ela consegue aplainar e deter suas divergências. Essas divergências decorrem, em parte, do fato de seus "estilos", de suas "naturezas" já serem diferentes antes de os dois entrarem em relação (ele é "extra-mundano", ela é "mundana", para falar como Lucien Goldmann). Por outro lado, a acumulação das divergências surge do caráter sempre contraditório do relacionamento amoroso: é uma causa **interna** da relação que acarreta o problema da regulação. Além disso, o resultado desta não é uma "norma" ou "regra" transcendente: ela é imanente, é a própria unidade da relação. O amor deles é o que é, como resultado de suas contínuas brigas (21).

Surge aqui a questão que havíamos prudentemente evitado: o finalismo, o funcionalismo, a intencionalidade do **modo de regulação**: a briga. Pois é, depende. Já que a briga, de fato, "esgota as avenças", que ela tem por resultado o reestabelecimento da unidade, pode-se afirmar que ela tem essa função "**ex post**". Ela não a tem "**ex ante**": no Ato IV, Alceste parte para a briga com a intenção do rompimento (ele o havia declarado a Eliante). Mas, no íntimo, não estaria ele pensando que o que já deu certo uma vez (uma boa briga) vai dar certo de novo? Para Célimène, é evidente que a briga tem por objetivo restabelecer a unidade, é um confronto previsto e programado, o preço a pagar para conservar Alceste, enquanto ela continua fazendo charme. Mas muitos enamorados podem transpor o limiar da **institucionalização** do modo de regulação: psicoterapia do casal, separações regulares, etc. Nota-se neste último exemplo que as modas de regulação podem variar: as separações intermitentes podem preencher a função das brigas regulares (**Exit or Voice, as usual**). O resul-

tado (a permanência do casal) pode ficar imanente, pode ele também ser institucionalizado: é o casamento (**Loyalty...**). Toda instituição é uma forma pela qual os agentes abandonam de modo "provisoriamente definitivo" a liberdade de interromper seu relacionamento ou de alterá-lo seriamente a forma. O que não desfaz em nada seu caráter contraditório.

Vamos chamar de **grande crise** justamente os momentos em que os acordos institucionalizados anteriormente bem como seu modo de regulação não conseguem mais manter a reprodução da relação (ou do sistema de relações): a "luta" supera a "unidade". Para nossos heróis, a grande crise surge no Ato V. Célimène fez demais, Alceste falou demais. <<Não dá para continuar como antes>>: a corda do arco quebrou. O tecido se rasga.

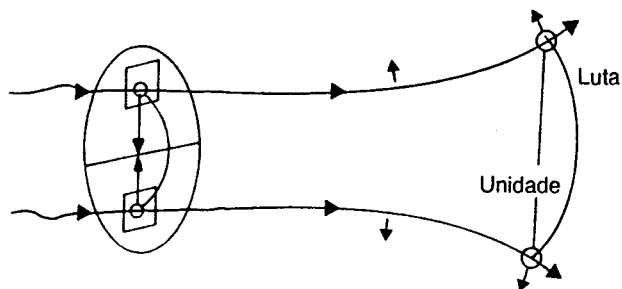


Figura 5: A grande crise.

Três saídas são possíveis:

1. ou os atores se separam, sua trajetória não se inscreve mais na mesma história. É a "crise final";
2. ou eles estabelecem um outro relacionamento. "Vamos continuar amigos";
3. ou então restabelecem a mesma relação, com outro acordo institucionalizado, com outro modo de regulação.

Célimène propõe a terceira solução: o casamento. Alceste procura negociar: sim, mas no seu deserto. "Renunciar ao mundo? assusta-se Célimène. Tudo acabado. Alceste escolhe a primeira solução. Cena emocionante e bem dialética! Nesta grande crise, como nas pequenas, as causas externas (manifestas) não devem esconder as causas internas. Se o amor se rompe, é certamente porque Alceste e Célimène "eram inicialmente muito estranhos" (diria Canguilhem), porque sua "natureza" era bem diversa (extra-mundana para um, mundana para o outro) e acabou por tornar impossível todo acordo ou compromisso (diriam Boltanski e Thévenot). Está certo, mas seria ingênuo parar por aí. Célimène não tinha dito tudo. Alceste "aproveitou a ocasião". Como a Princesa de Clèves que recusa a mão do duque de Nemours quando seu desejo torna-se legítimo, Alceste escolhe o deserto, prefere reconhecer a impossibilidade do amor absoluto (<<Para que encontreis tudo em mim, como eu tudo em vós>>). Prefere a carência ao compromisso institucionalizado, ao arranjo, ao relativo (22).

Cuidado! Essa contradição interna do relacionamento amoroso, que leva necessariamente a grandes crises (não necessariamente finais) só é percebida pelo crítico literário, pelo psicanalista, pelo sociólogo. O teórico (ou o dramaturgo que compõe a partir do modelo "as dificuldades do amor") analisa a "fisiologia" do relacionamento, seus esquemas "internos" "profundos", "esotéricos" (23). Analisa o relacionamento em si mesmo, suas contradições, independentemente do "estilo" dos agentes. O que não significa que ele tenha o dever nem mesmo o direito de fazer abstração do seguinte: para que haja relação, é preciso que os agentes a queiram (ou a ela se conformem), é preciso que a mantenham, que nela se mantenham. O defeito do estruturalismo está no fato de ele ignorar os agentes, como se houvessem amores, guerras, relações de troca, relações salariais, sem estratégias amorosas, sem projetos bélicos, sem candidatos a emprego, sem mercadores: como se simples fantasmas ocupassem os "lugares" (24). Uma relação genérica, tanto quanto a realização particular dessa relação, só existe como abstração ou atualização de práticas, e essas práticas só existem se houver necessidade transformada em projetos e em práticas.

Tanto para Alceste como para Célimène, não há um relacionamento amoroso que se reproduz. Há sentimentos amorosos que se desdobram em tática e em estratégia. Alceste quer que Célimène seja dele e que seja como ele (embora seja provável que, se ela fosse como ele, ele não a quisesse mais). Célimène quer conservar Alceste, não quer que ele seja como ela mas quer continuar sendo o que é. Essas estratégias se mostram compatíveis durante quatro atos (à custa de brigas reguladoras) mas depois demonstram não mais agüentar "em regime". Enquanto dura a história de amor, o misantropo procura ser "intramundano" e, não muito habilmente, observa assim mesmo uma certa "prudência". Com a ajuda dos amigos Philinte e Eliante, ele faz "assim mesmo" esforços elogiáveis para não injuriar imediatamente Oronte (af a grande crise é imediata) e para não perder de modo definitivo Célimène. Ele tenta de certa forma "fazer o jogo", seguir o mapa, aplicar os códigos da vida mundana e da conquista amorosa, enfim, conformar-se com "regras de superfície", "exteriores", "exotéricas", os códigos mundanos e galantes (25). O cômico está no fato de que sua natureza o impede de manter-se assim, mas ele conhece o código e, apesar de detestá-lo, procura segui-lo. O problema é que a combinação do código e de seu estilo leva-o por uma trajetória bem divergente em relação ao mundo. Para Alceste, como para Célimène, a crise não provém do fato de que, estruturalmente, não há amor feliz. Ela surge porque cada um, por seu lado, "fez demais".

Como na dualidade da urdidura e da trama, essa história pode ser lida de dois modos. Num nível profundo: um amor na pulsão cíclica da unidade e da luta, na dialética da fusão e da autonomia. Num nível superficial: a relação externa entre duas estratégias independentes. As brigas são o modo de ajustamento dessas estratégias num "regime" amoroso. Mas chega o momento em que as apostas, as esperanças, as reservas, as práticas de cada um se mostram irremediavelmente incompatíveis. O amor tem de transformar-se ou desaparecer.

#### Valores em processo e regime de acumulação

Voltemos agora brevemente a esses conceitos e à dualidade "trama/urdi-